

CONGRESSO AMALENTEJO

Fernando Travassos

Este Congresso pretende reflectir sobre a imperiosa necessidade de dar conteúdo ao princípio da regionalização administrativa, consagrado na Constituição da República, e que é a única via, a meu ver, de encontrar meios e soluções para desenvolver de forma consistente e sustentável esta região.

O meu contributo para esta reflexão baseia-se em grande medida na minha experiência técnica, política e de vida ao longo de 33 anos no Alentejo.

Concluído o curso ingressei em 1977 no Gabinete de Apoio Técnico de Beja, e mais tarde, em 1982, no de Grândola. Esta foi sem dúvida a experiência mais fascinante da minha vida em que tive o privilégio de acompanhar de perto o início do Poder Local Democrático e o seu trabalho notável de profunda transformação e qualificação do território e de melhoria da qualidade de vida da sua população. Tudo estava por fazer e todos os dias se construía uma nova infraestrutura, uma escola, um bairro, um jardim.

E neste período apaixonante aprendi que, por uma vez, as diversas estruturas do poder, a administração central, as entidades desconcentradas e o poder local estavam irmanados da mesmíssima vontade de servir a população.

A articulação entre os decisores, nacionais, regionais e locais, a proximidade entre os eleitos e a população e a urgência de resolver carências de décadas foram determinantes para a profunda transformação operada.

Passada uma década e depois de resolvidos os principais problemas básicos de cada um dos concelhos começam a equacionar-se os projectos e as estratégias de desenvolvimento local. Estavam então criadas as condições de base para o desenvolvimento – era agora necessário planear o território, valorizar as suas potencialidades e, finalmente, inverter o processo de desertificação e de envelhecimento.

Os autarcas apercebem-se de imediato que os seus problemas de desenvolvimento são comuns a um vasto território e não se resolvem nos limites estritos dos seus concelhos. Surgem então as associações de municípios e os seus primeiros projectos intermunicipais.

Por outro lado ultrapassada a dinâmica de relacionamento institucional pós 74, acentua-se a distância entre a administração central e a local. As prioridades de investimento são obviamente decididas pelos governos e surgem os primeiros sintomas de sobrançeria dos políticos, mas também dos técnicos do Terreiro do Paço relativamente à “rapaziada” das autarquias locais.

Em 1994 dou por mim eleito presidente da Câmara de Grândola e a vivenciar na primeira pessoa estes sinais.

Por um lado as associações de municípios cada vez mais interventivas e pujantes, lançando sistemas intermunicipais de gestão de infraestruturas de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, ganhando escala e eficiência.

Por outro, para além do bom relacionamento pessoal e institucional com os dirigentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, eram também sobejamente conhecidos os limites da sua actuação.

Não vos vou cansar a enumerar algumas das muitas experiências frustrantes que tive nessa altura, como muitos de vocês, e das costumeiras deslocações ao Terreiro do Paço para desbloquear impasses.

Por ironia do destino em 2004 fui nomeado vice-presidente da CCDRA e percebi na prática que, para além de um melhor entendimento da realidade da nossa região e das suas potencialidades e do meu entusiasmo em participar em processos de desenvolvimento à escala regional, ficava também cada vez mais nítido para mim que havia fortes condicionalismos na nossa acção.

Lembro-me, particularmente na minha área de actuação, do esforço desenvolvido para desbloquear os chamados custos de contexto em torno de muitos projectos de investimento e de vários planos municipais e que bastantes vezes sobrava alguma impotência entre o desespero dos autarcas e a sobrançeria de algumas direcções gerais.

E uma das principais conclusões que retirei desta experiência é que muitas dificuldades levantadas por responsáveis da administração central advinham não necessariamente da sua incompetência mas sobretudo da sua distância relativamente às questões levantadas.

E este ponto é fundamental quando se equaciona a necessidade da regionalização.

De que falamos quando abordamos as regiões? É exactamente da proximidade relativamente aos problemas, dos meios e competências necessários para implementar as soluções, da responsabilidade perante as populações e da legitimidade para decidir.

Feita esta muito breve síntese do meu percurso alentejano gostaria de partilhar convosco que esta minha experiência técnica e política nos diversos níveis de actuação reforçou progressivamente esta minha convicção – apesar do trabalho notável do poder local e de outras instituições sediadas no território, apesar dos avanços e progressos das comunidades intermunicipais, é cada vez mais indispensável e urgente que o Alentejo conquiste a sua autonomia administrativa e financeira para finalmente poder equacionar com realismo e competências próprias a sua estratégia de desenvolvimento sustentável que permita inverter o declínio e a subalternização desta região face ao país e a esta Europa das regiões.

Esta decisão é urgente para o Alentejo mas é igualmente inadiável para o reforço do desenvolvimento e da coesão nacional.

Chegado aqui quero declarar que apoio na generalidade o **Projecto de Declaração de Tróia e a proposta da criação da Comunidade Regional do Alentejo como a solução transitória mais adequada até à efectiva criação e instituição das Regiões Administrativas.**

Quero apenas reforçar que em circunstância alguma se deve perder de vista o seu carácter transitório e que por conseguinte não se pode perder o empenho e a determinação de todas as entidades envolvidas neste processo em torno do desígnio de fazer cumprir a Constituição com a criação da Região Administrativa do Alentejo.

Esta questão é fundamental, porque estou consciente que esta escala no percurso pode configurar-se decisiva para o seu sucesso, mas não pode correr o risco de pôr em causa o destino da nossa viagem.

Acredito que a criação da Comunidade Regional do Alentejo possa cumprir o grande objectivo de restituir a esperança a todos os alentejanos em torno de um novo modelo de governança com resultados inequívocos na sua qualidade de vida, mas que seja também um processo amplamente participado e mobilizador que reforce o envolvimento de todos na contínua reivindicação e luta pela criação da Região Administrativa.

Para não se correr o risco da solução transitória se cristalizar em solução definitiva, é indispensável dar particular atenção ao contínuo processo de envolvimento e participação de toda a população e das várias entidades no seu processo de criação e manter como objectivo central da sua actuação a contínua mobilização em torno das vantagens da criação da Região Administrativa. Por isso também a actuação da nova Comunidade Regional do Alentejo terá que ser exemplar e pedagógica!

E é este combate pela regionalização que deve continuar a merecer a nossa melhor atenção.

Nesse sentido é necessário e urgente aprofundar e generalizar esta discussão desde logo desmontando os diversos mitos que foram criados pelos adversários da regionalização.

Admito naturalmente que haja posições contrárias à criação das regiões administrativas, baseadas na convicção de que uma administração central e um poder local fortes são a chave para o desenvolvimento do país.

O que não admito é a desonestidade intelectual de alguns raciocínios.

A maior parte das críticas que recolhi até hoje baseiam-se invariavelmente nos receios dos, e passo a citar, “despesismo”, “clientelismo”, “populismo”, “divisionismo”.

Pretende-se com estas críticas provar que a criação das regiões administrativas estarão necessariamente associadas à irresponsabilidade dos futuros eleitos regionais, ao aproveitamento para instalar clientelas políticas nos lugares de decisão, à probabilidade de dar palco a protagonistas ambiciosos e sem escrúpulos e, finalmente, ao previsível aparecimento de projectos independentistas que ponham em causa a coesão nacional.

Estes argumentos são preconceituosos e sobretudo não são sérios!

Qualquer modelo de organização da sociedade e de exercício do poder está sempre sujeito a formas de actuação eticamente condenáveis. Mas o que não é aceitável é apresentar eventuais perversões como característica e imagem de marca das futuras regiões. Este raciocínio é de tal forma perigoso que pode, por extensão, pôr em causa a própria democracia.

Sempre que surgem actos de clientelismo, despesismo, nepotismo ou corrupção na administração pública - e bem sabemos que eles surgem! - em vez de se exigir o julgamento judicial, ético ou político do infractor, tenderíamos a condenar a própria democracia.

Não podemos viver a democracia com medo de fantasmas, devemos sim apelar ao aprofundamento do exercício da cidadania e da participação política para evitar o seu surgimento.

Temos que ser rigorosos e sérios no exercício dos cargos políticos e exigentes e vigilantes no exercício da cidadania.

Este é o meu testemunho de 33 anos de vida nesta fantástica região. Eu também amo o